

R. E. 60/02
DATA 23/04/03
AQUISIÇÃO oferta
DATA



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

TRABALHO DE DISSERTAÇÃO

**TEMA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA "CRIANÇA
DA RUA:" UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES E
PRÁTICAS RELACIONADAS COM A "CRIANÇA DA RUA" EM
MOÇAMBIQUE**

AUTOR: Pinto, Norton Afonso Alfredo

SUPERVISOR: Prof. Doutor Macamo, Elísio



UE.M. - UFICS
R. E. 4404
DATA 12/07/05
AQUISIÇÃO oferta
COTA SOC - J

Maputo, Setembro de 2002

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA "CRIANÇA DA RUA:" UM
ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES E PRÁTICAS
RELACIONADAS COM A "CRIANÇA DA RUA" EM
MOÇAMBIQUE

Por

Norton Afonso Alfredo Pinto

Dissertação Apresentada à
Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane
Como Requisito para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia

Maputo, Setembro de 2002

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A dissertação *A Construção Social da "Criança da Rua:" Um Estudo Sobre as
Percepções e Práticas Relacionadas com a "Criança da Rua"
em Moçambique*

elaborada por Norton Afonso Alfredo Pinto

supervisionada por Elísio Macamo

e aprovada por todos os membros da Bancada Examinadora foi aceite pela
Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais e homologada pelo
Concelho Científico, como requisito para a obtenção do grau de

LICENCIADO EM SOCIOLOGIA

Data _____ de Setembro de 2002

BANCADA EXAMINADORA

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado no seu conteúdo para a obtenção de qualquer grau, constituindo essencialmente o resultado da minha pesquisa pessoal, estando indicado no texto e na bibliografia as partes usadas pelo autor.

NORTON AFONSO ALFREDO PINTO

(Norton Afonso Alfredo Pinto)

ÍNDICE

	Página
DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
LISTA DE ABREVIATURAS.....	III
LISTA DE TABELAS.....	IV
RESUMO.....	V

Capítulo

INTRODUÇÃO	
A "criança" em Moçambique, Facto e Pontos de Situação.....1	
I.	O PROBLEMA.....10
II.	REFERENCIAL TEÓRICO.....18
III.	METODOLOGIA.....23
IV.	APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO DOS RESULTADOS.....25
	Estoque Social do Conhecimento sobre "Criança/da Rua"
	Institucionalização da Realidade "Criança/da rua"
	Processo da Legitimação da Realidade "Criança/da Rua"
	Normalização da Realidade "Criança/da Rua"
V.	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....40
	TABELA.....45

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de diploma aos meus pais, Afonso A. Pinto e Inês Samuel, por terem apostado na minha formação;

Aos meus irmãos e irmãs Alfredo, Salésia (que não se encontra no mundo dos vivos), Reginaldo, Edmundo, Fulgêncio, Eulália e Armando; às minhas primas Chelta e Denise;

Às minhas primas Melita, Chelta e Denise; e

Especialmente à minha namorada, Délcia Xavier; aos meus tios Diniz, Catarina Rego e Cláudia que, incondicionalmente, ajudaram-me em todos os momentos da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Imensurável agradecimento ao meu supervisor, Prof. Doutor Elísio Macamo, pelo contínuo acompanhamento, amabilidade, exigência, dedicação e paciência que demonstrou em todos os momentos da elaboração do presente trabalho.

Às minhas colegas e amigas Adozinda Sengulane e Angelina Rodolfo que facultaram-me os seus computadores nos momentos em que tive necessidade;

Aos meus amigo(a)s Sónia Cintura, Elton Beirão, Junico Beirão, Neto Sequeira, Ibrahim Chaleca, Patrício Langa, Rafael Amós, e todos que provavelmente não mencionei pelos conselhos e apoio moral prestado ao longo do meu curso;

À minha família, especialmente, pelo apoio moral e compreensão dispensada, apesar da distância física que nos separava;

À todos aqueles que, directa ou indirectamente, fizeram com que a realização deste trabalho fosse uma realidade.

Um eterno "MUITO OBRIGADO!"

ABREVIATURAS

- BM – Banco Mundial
- CDC – Convenção dos Direitos da Criança
- CVM – Cruz Vermelha de Moçambique
- DDC – Declaração dos Direitos da criança
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- MESCT – Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
- MICAS – Ministério da Coordenação da Acção Social
- MISAU – Ministério da Saúde
- MMCAS – Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
- OCRM – Organização dos Continuadores da Revolução Moçambicana
- OG's – Organizações Governamentais
- ONG's – Organizações Não-Governamentais
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRE/S – Programa de Reabilitação Económica/ e Social
- SARDC – Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
- SEAS – Secretaria de Estado da Acção Social
- SNE – Sistema Nacional de Educação
- UEM – Universidade Eduardo Mondlane
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

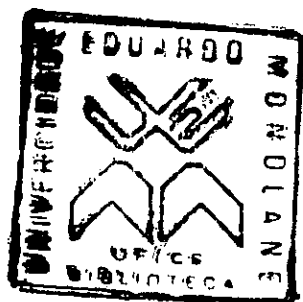
No nosso dia-a-dia ouvimos falar de várias realidades, tais como “mulher;” “homem;” “violência doméstica;” “casamento prematuro;” “trabalho infantil;” “criança da rua” e outras. Para todas estas realidades temos um conhecimento tácito (sabemos no mínimo o que são as mesmas). O que nem sempre fazemos é questionar o que nos dá a “certeza” de que estas realidades são como pensamos serem.

É neste âmbito que surge o presente trabalho com vista a tentar compreender como o “discurso oficial” sobre a “criança da rua” ganha corpo. Por outras palavras, de que forma o conhecimento sobre a realidade “criança da rua” torna-se “normal.”

Concentrando-se naquilo que designamos “discurso oficial” (governamental, de ONG’s, académicos e outras instituições) levantamos hipótese de que há quatro momentos analíticos que conduzem à normalização da realidade “criança da rua.” Os momentos analíticos foram, nomeadamente *estoque/stock* social de conhecimento; institucionalização; legitimação e normalização da realidade “criança da rua.”

Adiantamos a ideia segundo a qual, por de trás dos momentos analíticos antes referidos, estão percepções e práticas relacionadas com o que espera-se de uma “criança.” A maneira como é percebida a “criança da rua” resulta de percepção de que uma criança “normal” deve viver numa casa com familiares ou protectores, e não na rua; deve estudar; etc. Daí que há práticas que visam evitar que “crianças” tornem-se “criança da rua” e, as que já tornaram-se, (re)integra-las na sociedade (já que pressupõe-se que são “marginais” à mesma).

Como conclusão (não acabada) temos a ideia segundo a qual a “criança da rua” não existe como uma essência ou como algo “natural”, mas como resultado de uma construção social.



Crianças têm pouco para dizer no referente ao que acontece na sociedade, e os adultos tendem a assumir que sabem o que é de "melhor interesse" para as mesmas. Por outras palavras, as crianças que, para as quais, muitas vezes tem sido definidas ideias acerca do que é "melhor" para elas, tem sido providenciado um bom cantinho de responsabilidade para as mesmas¹...

Edith Ennew (1994)

INTRODUÇÃO

A "CRIANÇA" EM MOÇAMBIQUE: FACTOS E PONTO DE SITUAÇÃO

Com o presente trabalho tentamos fazer uma descrição sobre a maneira "oficial" e "social" como a realidade "criança/da rua" tem sido abordada em Moçambique.

Nesta parte introdutória, com o objectivo de dar um panorama geral da forma como a "criança" foi ou tem sido tematizada, tentamos apresentar as percepções que se tinham sobre a "criança" no período colonial², embora este período não seja objecto de análise do presente trabalho. E numa fase seguinte, abordamos a mesma realidade, já no período pós-independência.

Podemos adiantar afirmando que, no período colonial, a política oficial sobre a criança abordava-a em duas categorias³: a criança branca (europeia, "civilizada") e a criança negra ("indígena," "não civilizada")⁴. Esta diferenciação podemos observar, por exemplo, no sistema de ensino vigente na altura. Pelo menos, o ensino primário tinha duas abordagens: o ensino oficial e o ensino rudimentar que correspondiam à duas concepções diferentes de educação, e por que não, de "criança." Educação para o colonizador e "assimilados" e educação para os "indígenas." Assim, "...o sistema de ensino colonial em Moçambique tinha objectivos basicamente diversos e estruturados

¹ Tradução do autor.

² Com enfoque a partir dos anos 30, com o Nacionalismo Económico de Salazar.

³ Estamos conscientes da simplificação desta categorização. Por ser um assunto marginal à presente dissertação assim não abordamos a complexidade que caracteriza a mesma categorização.

⁴ Estamos conscientes da complexidade que caracteriza estes conceitos, porém, neste trabalho não propomo-nos a fazer uma discussão aprofundada sobre os termos como por exemplo "indígena." Isso porque consideramos serem marginais para o presente trabalho.

para atender a clientelas diferentes, destinava-se a preparar indivíduos para preencher funções sociais distintas na sociedade." (Golias, 1993: 5)

No mesmo contexto, o ensino rudimentar ou "escola das missões" era dirigido pelas igrejas, com destaque para a católica. O ensino oficial ou "escolas públicas" estavam sob tutela do governo colonial. Senão vejamos:

...o predomínio da igreja católica no sistema de educação colonial era notório, particularmente no chamado "ensino rudimentar." As escolas católicas notabilizavam-se também no que concerne à população de alunos. Dos 183.093 alunos matriculados em 1954 cerca de 94% ou seja 172.213 frequentavam as escolas missionárias católicas. [...] Apesar da política de missão "civilizadora" da colonização portuguesa, em 1955 menos de 20% das crianças moçambicanas entre os 5 e os 14 anos, estavam nas escolas oficiais. (PNUD cit. BUENDIA, 2001: 32)

Os factores que influenciaram esta política, diferente para crianças brancas e negras, podem ser encontrados na concepção que se tinha do processo de colonização. O ensino destinado aos "indígenas" tinha por fim "...conduzir gradualmente o indivíduo da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão Português e prepara-lo para a luta da vida, tornando-o mais útil à sociedade e a si próprio." (Golias, 1993: 45) Ligadas à estas duas categorias, temos duas percepções. Uma percepção de que existe criança "superior" e "civilizada" (a "branca") e uma outra percepção, de uma criança "inferior" e "selvagem" (a "negra").

Passamos a abordar a questão da criança no período pós-independência. Com a independência de Moçambique, em 1975, o cenário se alterou. O governo do Partido FRELIMO adoptou um sistema político Marxista-Leninista/Socialismo. Este sistema caracterizou-se por uma centralização do poder político. Uma das implicações foi a preocupação de "organizar toda a sociedade." É assim que foram criadas várias "organizações de massas." Dentre várias outras, destacamos a Organização dos Continuadores da Revolução Moçambicana (OCRM). Todas as crianças de Moçambique estavam "cobertas" por esta organização.

A partir do nome da organização, podemos observar a percepção oficial que se têm sobre a criança neste período. As crianças são os "Continuadores da revolução." Como consequência disso, há uma necessidade de concentrar muita atenção sobre elas. A frase

introduzida pelo falecido presidente de Moçambique, Samora Machel, "as crianças são as flores que nunca murcham" representou uma ideia de base para a percepção sobre a "criança." Dentro deste contexto, as crianças são encaradas como os futuros indivíduos que garantirão o desenvolvimento de Moçambique. Por outras palavras, havia uma percepção de que a preservação da "revolução socialista/marxista" só seria garantida investindo-se na criança.

É a partir da percepção de que a criança é o futuro do desenvolvimento e manutenção ou "continuação" da independência de Moçambique que são adoptadas várias políticas visando à escolarização ("escolarização para todos"), o bem-estar para as crianças, em suma, foram adoptados doze direitos da criança⁵ em dezembro de 1979. Estes direitos estavam na Declaração dos Direitos da Criança (DDC) o qual preconizava "no seu artigo 3 'tens o direito a viver numa família [...] quando não tiveres família tens o direito a passar a viver numa família que te ame como filho.'" (Langa, 1993: 5)

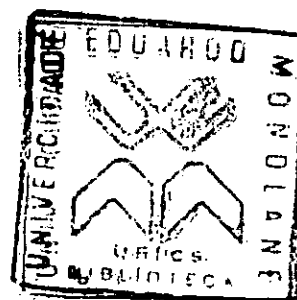
As "crianças em situação difícil" eram definidas a partir dos efeitos (in)directos da luta de libertação nacional. Aliás, Terezinha da Silva (1991) e Josefa Langa⁶ (1993) defendem a ideia segundo a qual a experiência ao atendimento das "crianças em situação difícil" é originária das zonas libertadas, durante a luta de libertação nacional, em que a Frelimo teve de identificar soluções para socorrer crianças em perigo de vida, alvo dos ataques das forças coloniais, bem como atender aos filhos dos que tinham morrido no conflito armado.

Neste contexto, de pós-independência, os centros projectados no período colonial pelos missionários, transformam-se em centros de acolhimento das crianças órfãs da luta de libertação nacional (crianças cujos pais ou familiares morreram no contexto da luta de libertação nacional) ou em centros educacionais.

No concernente à instrumentos dirigidos à criança adoptados pelo governo de Moçambique independente, podemos destacar dois: a Declaração dos Direitos da Criança (DDC) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança ou, simplesmente, a Convenção dos Direitos da Criança (CDC).

⁵ Para detalhes vide MMCAS (2001).

⁶ Chefe do Departamento de Apoio à Criança na SEAS em 1993.



O primeiro instrumento que guiou a política oficial sobre a criança foi a Declaração dos Direitos da Criança (DDC) que foi aprovada em 1979 a partir da resolução 23/79.

O segundo instrumento e que até à actualidade guia a política oficial sobre a criança é a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Esta foi aprovada para ratificação na sua íntegra pelo Conselho de Ministros, através da resolução 19/90. No mesmo ano, 1990, foi criada a Secretaria de Estado da Acção Social (SEAS) em substituição da Direcção Nacional da Acção Social (subordinada ao Ministério da Saúde).

Em 1994 a SEAS foi substituída pelo Ministério da Coordenação da Acção Social (MICAS) que, dentre outras funções, deveria realizar estudos sobre os vários grupos de "crianças em situação difícil," de modo a tornar os programas do governo mais eficazes nesta área.⁷

Pelo Decreto Presidencial n.º 01/2000 de 17 de Janeiro (artigos 1 e 2), o MICAS foi substituído pelo Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS). Este Ministério dá continuidade às actividades do MICAS no respeitante às acções em prol da criança. Estas acções são guiadas por três políticas-chave, a saber: (1) Política Nacional de Acção Social; (2) Estratégia de Acção Social para a Criança e (3) Apoio aos Deficientes.

A política do governo⁸, no geral, tem como objectivo eliminar todos os pontos considerados "negativos" com impacto sobre as crianças. Entre vários podemos destacar, o abandono, o abuso sexual, a marginalização e a falta de apoio familiar. Nestes, podemos identificar a "criança/menino da rua"⁹.

Em várias publicações¹⁰ muitos factores têm sido apontados para o surgimento da "criança da rua" em Moçambique, dentre os quais podemos destacar os seguintes:

⁷ Para mais pormenores vide MMCAS, 1999.

⁸ Uma apresentação mais detalhada sobre a política governamental, instrumentos e objectivos das mesmas políticas pode ser encontradas em MMCAS & UNICEF (2001) "Direitos e Realidades da Criança-Moçambicana no Início do Novo Milénio."

⁹ A partir daqui utilizaremos o conceito "criança ou menino da rua" com o mesmo significado. De chamar à atenção para não confundir-se com o conceito "criança/menino na rua."

¹⁰ Destacamos LOFORTE (1998?), MUSSÁ (1992) e CEZNE (1991).

impacto do Programa de Reabilitação Económica/e Social (PRE/PRES) nas camadas sociais mais desfavorecidas; efeitos da guerra recém-terminada em Moçambique (emigração do campo para as cidades); emigração dos pais para a África do Sul; situação de orfandade; efeitos do Sistema Nacional de Educação/SNE (desinteresse pela escola e conseqüente abandono) e a instabilidade conjugal. No referente à este assunto, voltaremos a discuti-lo quando apresentamos as várias abordagens correntes em Moçambique. Isso porque é a partir destas abordagens que tentamos articular a nossa análise com a preocupação central de tentar demonstrar até que ponto a noção "criança/menino de rua" é uma construção social.

O que é uma "criança da rua?" Responder à esta questão sem introduzir um teor de relativismo seria um enviesamento. Isso porque é muito difícil generalizar realidades sociais pois são determinadas pelos contextos culturais nos quais se encontram inseridas. Aliás, a questão da dificuldade de generalização das realidades sociais é um dos dilemas com que tem-se deparado as ciências sociais ao longo dos tempos. Porém, e de forma arrojada podemos adiantar respondendo que a "criança da rua" não existe! Não existe como uma categoria *sui generis*.

Com o presente trabalho pretendemos, na mesma linha de Carlos Serra (1997a & 1997b) *desconfiar das verdades simples* ou combater aquilo que designa *mentalidades sociológicas* ou como diria Wright Mills (1982) desenvolver uma *imaginação sociológica*. Com o mesmo, tentamos mostrar como realidades sociais são fruto de uma construção da sociedade em que ela encontra-se inserida. No caso concreto, discutimos a questão da "criança/menino da rua." Tivemos como pressuposto a ideia segunda a qual o fenómeno social "criança/meninos de rua" não se refere a uma essência discreta, mas sim a um conjunto de representações, práticas institucionais e discursivas que produzem o fenómeno como uma realidade *sui generis*.

O presente estudo delimitou-se ao estudo da realidade "criança da rua" ou "menino de rua." Ao longo do mesmo usamos estes os conceitos, "criança da rua" e "menino da rua," de forma indiscriminada (para se referir à mesma realidade), mas sempre entre aspas para realçar a sua complexidade e indeterminação. A presente pesquisa limitou-se a analisar a questão da construção social da "criança da rua" ao nível da objectivação, deixando de parte a dimensão que consiste na interiorização (socialização).

O objectivo da presente dissertação foi de, a partir de uma abordagem da sociologia do conhecimento, tentar compreender o processo que nos dá "certeza" de que a "criança da rua" é "criança da rua." Especificamente, a partir do "discurso oficial" ou formulações dos "teóricos," tentar captar as percepções sociais que existem sobre a "criança/da rua;" observar as práticas ligadas à estas percepções e tentar descrever como tudo isso contribui para a construção social da mesma realidade.

A importância desta dissertação está no facto de, a análise dos processos que fazem com que vejamos realidades "naturalizadas" permitirem a adopção de um posicionamento crítico em relação às mesmas realidades. Este estudo é uma tentativa de criar aquilo que tem sido designado por "espanto" em relação às coisas da vida quotidiana. Por outras palavras, problematizar um "pequeno" (talvez, muito grande) aspecto que normalmente é ignorado: de onde vêm a certeza de que a "criança da rua" é uma "criança da rua"?

Acerca do conceito "criança/meninos da rua" identificamos duas percepções diferentes relacionadas com o mesmo. Por um lado, existe a percepção dos que chamamos de 'teóricos' e, por outro, a dos "homens da rua" ou "pré-teóricos."

Deixamos de parte o conhecimento do "senso comum," ou do "homem da rua" embora este seja encarado como a base central da Fenomenologia, como tal, participando da construção social da realidade. Deixamos de parte o conhecimento do "senso comum" pelo facto de termos achado mais prudente, e exequível, analisar o processo de objectivação ou construção social da "criança da rua" ao nível dos "teóricos." Teóricos estes que estão ligados directa ou indirectamente às instituições que lidam com a problemática da criança e procuramos através das suas políticas e posições (que representam percepções e práticas) descrever o senso comum por detrás das mesmas.

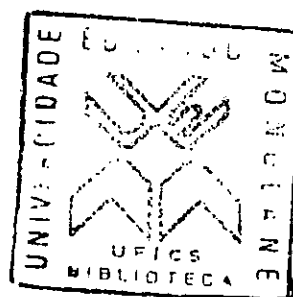
Tentamos problematizar essa realidade, que aparentemente é óbvia, a partir da sociologia do conhecimento na perspectiva de Berger & Luckmann. Estes autores defendem que a "realidade" social é fruto de construções sociais. Acerca desta ideia, desenvolvemos mais adiante quando apresentamos o nosso quadro teórico. É assim que tentamos demonstrar que para responder à pergunta *O que é "criança/menino da rua?"* não basta apontar para

a mesma, mas também problematizar a mesma realidade. Por outras, questionar *de onde vem a certeza que nós temos de que existe algo chamado "criança/meninos da rua."*

Para responder ao questionamento anterior, identificamos quatro momentos analíticos relacionados com o processo da construção social da "criança da rua." Os momentos analíticos são, constructo social/estoque social de conhecimento, institucionalização, legitimação e normalização.

Partimos do pressuposto de que existe uma certa noção que a sociedade, ou as pessoas, possuem sobre o que é uma "criança" e o que não é (tudo isso sendo um constructo social). Esta percepção resulta de um conjunto de actores sociais (colectivos ou singulares) que designamos "definidores da realidade." Esta percepção acaba institucionalizando-se. Ligada à esta definição/percepção sobre a "criança," existe um conjunto de práticas que dão substância à mesma realidade "criança," isto é, a legitima. E, finalmente, a mesma definição/percepção sobre a "criança" acaba "normalizando-se." A partir desta normalização da "criança" podemos observar como todas as crianças que estiverem fora daquilo considerado "normal" (por exemplo, no nosso caso, vivem na rua) são "anormais." ("criança/menino da rua"). Estes processos serão apresentados com mais pormenor mais adiante.

Passamos a definir os termos que consideramos "chaves" e que resultam da formulação da questão de partida e da hipótese de trabalho anteriormente levantadas. Definimos "menino/criança da rua" apenas considerando como "realidade." O conceito "realidade" é tudo aquilo que existe, independentemente da nossa vontade, são "...fenómenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa volição (não podemos 'desejar que não existam')." (Berger & Luckmann, 1990: 11) Esta realidade, no caso "social," é feita de interpretações e é a partir dela que tornamos a realidade possível. É a partir destas interpretações ou "conhecimento" que podemos ter "...a certeza de que os fenómenos são reais e possuem características específicas." (Idem, Ibidem: 11)



Ao conjunto de informações acumuladas ao longo da experiência humana, designamos por "*Estoque*¹¹ ou *stock social do conhecimento*." é o conjunto de informações que orienta as pessoas no seu dia-a-dia. É o "acervo" de conhecimentos a partir da qual as pessoas se socorrem para realizar as suas actividades quotidianas. Por outras palavras este *stock* é que permite "localizar" as pessoas na sociedade (a "criança da rua é marginal") e também a forma de lidar com eles de forma "adequada" ("embora seja carente, é violenta!") O mesmo é que nos permite tipificar as principais rotinas da vida quotidiana e daí integrar elementos que são "desordenados" ao conhecimento dos indivíduos¹². Assim, nas sociedades existe uma ideia do que é uma "criança" e vários tipos de "criança" (por exemplo, deficiente físico, malnutrida, vítima de abuso sexual, delinquente, "da/na rua," portadora de HIV, etc.) e como lidar com a mesma realidade. Há um processo de sedimentação ou cristalização deste conhecimento através da transmissão de geração em geração (socialização) levando à uma institucionalização do mesmo conhecimento.

É assim que, a "*Institucionalização*" é o processo de tornar algo rotinizado ou se tornar hábito. Neste processo há tipificações sobre práticas sociais, existindo um sistema de controle social. No caso concreto, a institucionalização da "criança da rua" é realizada em contraste com o de "criança/menino não da rua." Como se pode observar a partir do próprio conceito "criança da rua," o mesmo implica a existência duma "criança não da rua." É assim que existe os "definidores de realidade," isto é, actores que definem o que é ser "criança", neste caso "normal" e a que foge à esta "normalidade." Neste ponto, podemos adiantar que esta "normalidade" é também uma construção social. Na prática, esta institucionalização das percepções e práticas se realiza através de leis, declarações, políticas sociais, trabalhos académicos, etc.

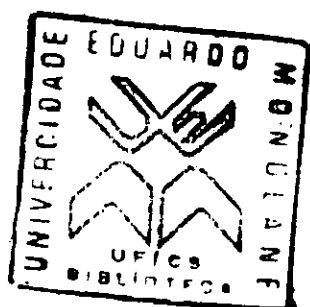
Para manter as instituições ou práticas e hábitos rotinizados há um processo de legitimação. Assim, "*Legitimação*," é o processo pelo qual as instituições são 'explicadas' e "justificadas." É neste contexto que veicula-se o discurso de que a "criança da rua" deve ser (re)integrada uma vez que está fora da norma (não estuda, não vive num lar, rouba, etc). Todos os processos, descritos anteriormente, culminam numa

¹¹ A palavra "estoque" ou *stock* significa "grande porção de mercadoria armazenada." Para o caso vertente tem o significado de grande quantidade de conhecimentos armazenados.

¹² Para mais pormenores vide BERGER & LUCKMANN, 1990: 53-68.

situação em que a mesma realidade, "criança da rua" é considerada como "natural" ou não questionável, por outras, há um processo de "normalização".

Passamos a apresentar a estrutura da presente dissertação. A mesma está estruturada em sete partes, a saber: (1) uma introdução onde fazemos uma retrospectiva sobre a forma como foi abordada a questão da "criança" desde o tempo colonial até à actualidade; (2) no primeiro capítulo, a partir duma revisão da literatura considerada pertinente, apresentamos o problema do trabalho, que é o facto da realidade "criança/menino da rua" ser encarada duma forma acrítica pelos "teóricos"; (3) no segundo capítulo apresentamos o referencial teórico utilizado para atingir-se os objectivos do presente trabalho que se baseiou na sociologia do conhecimento na perspectiva construtivista desenvolvida por Peter Berger & Thomas Luckmann (1990); (4) no terceiro capítulo temos a metodologia que foi análise de conteúdo do "discurso oficial" sobre a "criança da rua"; no quarto capítulo, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa referentes ao processo do constructo social; (5) no quinto capítulo chegamos à conclusão de que o discurso oficial e as práticas adjacentes sobre a "criança da rua" contribuem para que se encare a mesma como uma realidade *sui generis*; (6) temos o referencial bibliográfico e (7) finalmente, uma tabela.



CAPÍTULO I

O PROBLEMA

Na introdução, realizamos um breve historial sobre a forma como a criança foi tematizada no período colonial e no pós-independência, isso ao nível político-institucional. Esta tematização da criança no nível político-institucional, embora relevante, não foi do nosso interesse imediato.

Com a revisão de literatura que a seguir apresentaremos pretendemos mostrar as várias abordagens intelectuais ou científicas que foram suscitados pelos problemas sociais inerentes à realidade "criança." A partir da apresentação destas abordagens, identificamos o nosso problema de investigação que são as lacunas na abordagem do fenómeno social "criança/menino da rua."

As fontes utilizadas para esta revisão e literatura foram as várias bibliotecas existentes na cidade de Maputo. Neste conjunto podemos destacar as bibliotecas da UEM (Centro de Estudos Africanos-CEA e UFICS); biblioteca do UNICEF e do MMCAS e também as pesquisas realizadas na Internet.

Passamos a abordar a questão que suscitou o nosso problema de investigação. Começamos por levantar a ideia segundo a qual "...todas as investigações partem de um *problema de investigação* que preocupa ou desconcerta o investigador. Estes problemas podem ser sugeridos por falhas na literatura existente, por debates teóricos ou por questões práticas do mundo social."¹³ (Giddens, 1997: 826)

O problema de investigação da presente dissertação está relacionado com lacunas ou falhas na literatura que aborda o fenómeno social "criança/meninos da rua." Estas lacunas estão no facto de quase todo tipo de pesquisa que tem sido realizado sobre "criança/menino da rua" não questionar de onde vem a certeza de que existe esta mesma realidade. É assim que passamos a apresentar a revisão de literatura realizada e depois voltaremos à questão do nosso problema. Na revisão da literatura, identificamos dois tipos de pesquisa: a Pesquisa-Ação e a Pesquisa Etnográfica.

¹³ Sublinhado nosso.

A partir da revisão da literatura, fizemos três perguntas¹⁴ para a análise das prováveis lacunas nas investigações realizadas na temática dos "meninos da rua:" (1) Será que os investigadores anteriores identificaram os mesmos enigmas¹⁵? (2) Como é que os investigadores tentaram resolver os mesmos enigmas? (3) Que aspectos do problema (relacionado aos "meninos da rua") não foram analisados? Não respondemos à estes questionamentos de forma esquemática.

A noção de 'criança' integra várias categorias na percepção dos que se debruçam sobre o assunto. As categorias são crianças órfãs, desamparadas, portadoras de deficiências físicas, "crianças na rua," "crianças da rua." Todas estas incluem-se naquilo que tem sido considerada "Criança em situação difícil,"¹⁶ e que é o grande problema social. Dentro destas categorias, os estudos em Ciências Sociais em Moçambique têm dado enfoque às "crianças/meninos da rua."

Classificamos em dois tipos principais de abordagens na literatura sobre a "criança da rua" em Moçambique. *Pesquisa-Ação* e *Pesquisa Etnográfica*.

A *Pesquisa-Ação* entendida como aquela de aplicação imediata que a partir de uma formulação e solução de um problema específico desenvolve teorias. Por outras palavras, "...sua ênfase é a resolução de um problema aqui e agora, em um local definido, podendo utilizar diferentes métodos de pesquisa." (Bastos et al., 1995: 92) Esta abordagem é característica das Organizações Governamentais e Não-Governamentais (OG's e ONG's). A sua utilidade está na identificação de problemas e consequente solução dos mesmos.

A *Pesquisa Etnográfica* consideramos como aquela que tem como pergunta central "Qual é a *cultura*¹⁷ deste grupo?" Neste tipo de pesquisas o principal método têm sido a observação participante, na tradição da antropologia. A implicação disso é "...um trabalho de campo intensivo no qual o pesquisador imerge na cultura sob estudo e

¹⁴ Propostas por GIDDENS (1997).

¹⁵ Enigma no sentido de não só ausência de informação, mas também uma lacuna no entendimento duma determinada realidade social.

¹⁶ Para mais pormenores vide MMCAS (2001).

¹⁷ Não discutiremos este conceito por ser marginal neste trabalho.

interpreta os resultados numa perspectiva cultural." (Bastos et al., 1995: 92) Esta perspectiva ilumina questões como estrutura e funcionamento do objecto, processos de (re)socialização, em suma, basicamente tem sido uma análise Estruto-Funcionalista.

Duma maneira geral, embora sendo alvo preferencial de estudos, podemos afirmar que pouca produção científica tem sido realizada na área concernente aos "meninos da rua." E a maior parte do que foi produzido caracteriza-se por adoptar uma perspectiva intervencionista ou Pesquisa-Acção. Provavelmente a prevalência desta perspectiva está no facto de a maioria dos estudos serem encomendados por organizações (governamentais ou não) que se interessam com a questão das crianças. Uma perspectiva *não intervencionista* seria aquela que não teria como finalidade a solução de um problema concreto, mas simplesmente tentativa de compreensão de fenómenos sociais. Com isso não pretendemos afirmar que esta compreensão não pudesse servir para "iluminar" políticas de acções concretas na área social.

Passamos a apresentar os tipos de pesquisa. Primeiro apresentamos as que consideramos Pesquisa-Acção e segundo, as Pesquisa Etnográfica.

No que diz respeito à Pesquisa-Acção temos: MISAU (1985) em "A criança da rua: o problema, as causas e proposta de intervenção" onde se aborda a questão da "criança de rua" a partir de um estudo realizado em 1984 (pelo departamento de acção social do mesmo Ministério) que teve como tema a "criança que anda na rua." A partir deste estudo (realizado em 1984) estimou-se que "...número de crianças da rua na cidade de Maputo, se situa entre 300 e 500, estimativa esta que é confirmada pelos contactos tidos com as estruturas ligadas ao problema." (MISAU, 1985: s/p) São apontados dois factores principais que estão por detrás da questão dos "meninos de rua": O processo de urbanização (que implica um conjunto de mudanças relacionadas com a passagem de uma sociedade rural à uma urbana); e a situação económica e social, agravada pela seca e guerra civil. Nesta publicação não são definidos os conceitos (por exemplo, o de "criança de rua") e aliás, como esta exposto no título, visa propor soluções de intervenção.

Na mesma perspectiva do estudo anterior, CEZNE, I. (1993) em "Crianças de rua: um desafio" procura "...sensibilizar a comunidade sobre a problemática da criança da rua," (Cezne, 1991: 4) no referente às causas que fazem as crianças tomarem-se "crianças da

rua"; Características das mesmas e amenizar a situação das mesmas "crianças da rua." Nesta publicação (que a autora chama de "brochura"), a "criança da rua" é definida como "...aquela (menino e menina entre os 5 e 17 anos de idade) que vive a maior parte do seu tempo na rua fazendo dela o seu lar, o seu espaço de lazer e de trabalho." (Idem, Ibidem:10)

Utilizando uma metodologia que foi denominada a *triple "A"*, isto é, iniciar uma rápida Apreciação da situação (A1); uma Análise da situação (A2) e finalmente, o "A3" referente à Acção, QUEIROZ & TEIXEIRA (s/d) em "a criança de rua na cidade da Beira" aborda a questão sob o ponto de vista dos dados sobre as idades das crianças, sua proveniência, as causas da sua expulsão para a rua, situação da sua saúde, o estado nutricional, o tipo de actividades que realizam, entre outros. Como podemos observar, esta obra visa uma intervenção concreta. Aliás, como afirmam os autores, "...as visitas, as análises e apreciações, não ficaram no papel, mas vão ser traduzidas em acções concretas." (Idem, Ibidem: 8) Aqui nenhum conceito, é definido.

MICAS, CVM, ARCS. (1997) em "As crianças da rua e os centros de acolhimento..." procura-se identificar o grau de conhecimento do fenómeno de criança da/na rua entre os educadores e responsáveis nos centros e fornecer subsídios para todas as instituições ligadas à este campo. São operacionalizados dois conceitos, realçando-se a sua diferença: "criança na rua" e "criança em situação difícil." Aqui a diferença básica está no facto de a primeira categoria poder contar com uma família ou local onde residir, a segunda categoria não. As "crianças da rua" são identificadas com a segunda categoria (crianças em situação difícil).

Com objectivo quase similar ao do estudo referido anteriormente, o MMCAS (2001) em "Estudo para a definição dos padrões mínimos de atendimento institucional à criança em situação difícil," aborda também a situação dos centros de atendimento à criança em situação difícil em Moçambique. Porém, diferentemente do estudo referido anteriormente que tinha em vista o conhecimento que os educadores dos centros tinham sobre as "criança de rua," aqui o objectivo foi a situação dos centros no que diz respeito às condições de educação básica, condições de saúde, de nutrição, de higiene, de acomodação e o processo de reintegração dos utentes dos centros. Neste, "crianças em situação difícil" são consideradas "...todas as que nas suas famílias não têm o mínimo

para a satisfação das suas necessidades básicas, que lhes permite a realização dos seus direitos sociais básicos." (MMCAS, 2001: 13)

Tendo sido apresentados os estudos que consideramos do tipo Pesquisa-Ação, passamos aos que consideramos Pesquisa Etnográficas.

No concernente às Pesquisas Etnográficas e com uma abrangência quase nacional de Moçambique destacamos o de LOFORTE, A. (1988?) em "Um perfil das crianças de rua em Moçambique-Um estudo de caso realizado nas maiores cidades do país." Neste, faz-se um estudo exploratório em sete capitais provinciais de Moçambique (exceptuando as cidades de Tete, Chimoio e Lichinga). Tenta-se identificar os factores que originam os "meninos da rua", as condições de vida e de trabalho, os problemas e aspirações dos mesmos. Diferencia o conceito "crianças de rua" e "crianças na rua." As "de rua," são aquelas com idades entre os 5 e 18 anos que "...vivem mendigando, catando lixo [...] As suas estratégias de sobrevivência não raro conduzem-nas mesmo a expedientes inaceitáveis a um convívio social." (Loforte, 1988: 6) Enquanto que as "crianças na rua" são "as que procuram nas ruas alguma forma de subsistência para e si e por vezes para as suas próprias famílias." (Idem, Ibidem: 6)

Na mesma linha de Loforte, MUSSÁ, F. N. (1992) em "Os meninos de rua em Maputo," de forma exploratória estuda a situação das crianças, o seu modo de encarar a situação, a sua origem, situação sócio-económica familiar, o tipo de actividades que desenvolvem e outros. Identifica dois grupos de crianças: "crianças na rua" e "crianças da rua." Define "crianças na rua" como "...o grupo de meninos e meninas com idades compreendidas entre os 6 e 13 anos que passam o dia na rua e a noite regressam para casa dos seus pais." (Mussá, 1992: s/p) Acrescenta um dado novo em relação ao estudo de Loforte observando que há maior número de meninas que de meninos no conjunto destes "meninos na rua." Define "meninos da rua" (grupo objecto do seu estudo) como "...crianças (meninos), com idades entre os 6 aos 18 anos (idade média 11 anos) que dormem nas ruas, junto às calçadas das lojas, enfim, a rua é o local que têm como residência." (Idem, Ibidem. s/p) Segundo Mussá, as "crianças da rua" são vulgarmente chamadas por "Molwenes" que é um termo pejorativo que pode significar "vagabundo," "marginal," "miserável," etc.

MEDEIROS, E. (1993) em "crianças na rua na cidade de Maputo" organiza um conjunto de textos de seus estudantes da cadeira de "Antropologia" (no ano lectivo de 1992-1993) no Instituto Superior Pedagógico em Maputo¹⁸. Dentre vários, destacamos alguns que consideramos pertinentes. A partir daqui, os autores que estiverem assinalados com um asterisco fazem parte desta compilação de textos.

Com base num estudo exploratório sobre a origem e principais causas do abandono do agregado familiar, COSSA, H. A.* (1993) em "As crianças da rua na cidade de Maputo-Polana Cimento," aborda esta questão definindo as "crianças de rua" como "...aquelas que passam a maior parte do tempo na rua voltando de vez em quando a casa, mas abandonando-a passando a ser a rua a sua residência, o sítio de lazer e de trabalho para o seu sustento e, em certos casos, da sua família." (Cossa, 1993: s/p) Esta definição entra em choque com a de Loforte, Mussá e outros, provavelmente, porque não é feita uma distinção entre "criança da rua" e "criança na rua." Enquanto isso, ZAWANGONI, A. S.* (1993) em "O perfil antropológico da "criança da rua" da cidade de Maputo-Bairro Central", define as crianças de rua como "...toda a criança desprovida da protecção familiar e institucional e que procura na rua alternativas para a sua existência." (Zawangoni, 1993: s/p)

Numa outra pesquisa, MATSINHE, M.* (1993) em "Estudo de caracter antropológico da criança da rua da cidade de Maputo," define "criança da rua" como "...indivíduos entre os 4/5 e os 18/20 anos que se agrupam para enfrentar a vida, [...] submetendo-se a uma nova socialização." (Matsinhe, 1993: s/p) O conceito socialização é definido como "...o processo pelo qual todo homem entra na cultura da sua sociedade, se encontra formado por ela, preso nela." (Idem, Ibidem: s/p) O autor, num quadro Estrutural-Funcionalista, pretende "...descobrir os mecanismos de socialização, o papel dos agentes de socialização e as suas instituições de socialização." (Idem, Ibidem: s/p)

No que diz respeito aos textos organizados por MEDEIROS (1993), podemos afirmar que todos eles são Pesquisas Etnográficas e pretendem ser de caracter antropológico. Os estudos de caso foram realizados em alguns bairros da cidade de Maputo. Os objectivos

¹⁸ Esta compilação de textos está disponível na Biblioteca da UNICEF. Nos vários estudos realizados em Moçambique, pouca, senão nenhuma, referência é feita à este trabalho. Provavelmente isso se deve ao

principais eram, a partir de um pequeno grupo estável de "meninos de rua", obter: a composição demográfica do grupo; Origem cultural e naturalidade de cada membro do grupo; Eventuais motivos de abandono da família; Língua(s) predominantemente falada pelo grupo/membros; principais estratégias de sobrevivência; provável estrutura hierárquica; processo de (re)socialização; regras de conduta entre os membros do grupo e relações sociais (formais e informais) entre os membros do grupo e o mundo exterior.¹⁹

E, finalmente, VALANDIM, V. (1996) em "Um olhar sobre as crianças da rua em Maputo" procura, numa forma exploratória, compreender as causas da partida das crianças das suas famílias para a rua, as condições de vida na rua. As suas dificuldades e os desejos das crianças que foram "...durante muito tempo chamados 'Moluenes' (que remechem²⁰ o lixo), [...] tornaram-se agora as 'crianças da rua,' ainda mal conhecidos pela opinião pública, assimilados aos órfãos, aos delinquentes, aos marginais." (Valandim, 1996: 2) Define o seu grupo-alvo como "...crianças e jovens com 18 anos ou menos, rapazes ou raparigas, que dormem na rua." (Idem, Ibidem: 3) Aqui é apresentado um dado novo: a inclusão das meninas no conjunto dos "meninos de rua." Defende-se a ideia que a pouca visibilidade das "meninas da rua" está associada à "...sua actividade pouco visível: prostituição ocasional, trabalho nos mercados, neste último caso, elas são muitas vezes assimiladas às mulheres para quem elas trabalham. Algumas raparigas estão na rua há oito anos..." (Idem, Ibidem: 7)

Feita a revisão da literatura e como pudemos observar, as investigações tentam responder mais ao enigma/ausência de informação e menos ao de entendimento sobre a realidade "criança da rua". As mesmas investigações tentam responder ao enigma em duas perspectivas: Pesquisa-Ação e Pesquisa Etnográfica. A primeira de carácter intervencionista (produzida em contextos de organizações - governamentais ou não) com vista à acções concretas. A segunda, de carácter exploratório com uma abordagem com matriz Estruturo-Funcionalista.

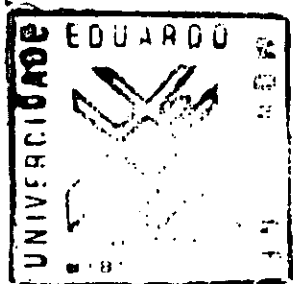
O tema que consideramos ter sido marginalizado (que é o grande problema deste trabalho) é a falta do seguinte questionamento: "O QUE SÃO 'MENINOS/CRIANÇAS

facto de serem pesquisas realizados por estudantes. Pensamos que estes trabalhos podem ser um contributo para o campo científico moçambicano.

¹⁹ Extraído num dos anexos da compilação de textos feita por MEDEIROS (1993).

DA RUA'?" Com esta pergunta não pretendemos saber o que são "meninos da rua" como tal, mas, saber donde vem a certeza que temos de que existe algo chamado "meninos da rua." Por outras palavras, pretendemos problematizar o que tem sido considerado como "óbvio." A propósito, o facto de concentrar-se a análise, por exemplo, nas "causas," "processos de socialização," etc. Sem um posicionamento crítico sobre o processo de construção da realidade "menino/criança da rua" é uma prática que contribui para a construção da mesma realidade.

De seguida, passamos a apresentar a teorização feita por Peter Berger e Thomas Luckmann que foi o referencial da presente dissertação. Esta teorização enquadra-se na sociologia do conhecimento.



²⁰ Transcrição *Ipsa verbum*. O correcto seria "remexem."

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO

O nosso grande problema surgiu da falta de um posicionamento crítico em relação à certeza que pensamos existir em relação à realidade "menino/criança da rua". Daí que o nosso objectivo foi problematizar esta "realidade" considerada óbvia. É assim que tentamos demonstrar que para responder à pergunta *O que são "crianças/meninos da rua"?* não basta apontar para os mesmos, mas também problematizar a mesma realidade. Por outras, questionar porque encara-se a "criança da rua" como um "mal social" que deve ser "recuperado", "integrado," etc., tudo isso sem observar-se que esta percepção que se tem é fruto de uma construção da sociedade em que as mesmas "crianças da rua" estão.

Para atingirmos os objectivos deste trabalho adoptamos a teorização de Peter L. Berger e Thomas Luckmann(1990) em "A construção social da realidade." Podemos situar a teorização destes autores na Sociologia do Conhecimento. A sociologia do conhecimento é uma sociologia especializada que tem antecedentes na Filosofia. Aliás, "o termo 'sociologia do conhecimento' (*Wissenssoziologie*) foi forjado por Max Scheler na década de 1920 na Alemanha, e Scheler era um filósofo." (Berger & Luckmann, 1990: 14) A sociologia do conhecimento ao longo dos tempos teve diferentes definições da sua natureza e âmbito do seu objecto de estudo. Porém o que é consensual é que esta sociologia especializada aborda a relação entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge o mesmo pensamento.

Podemos afirmar que três perspectivas, do pensamento alemão, estão por detrás da "evolução" da sociologia do conhecimento. A saber: (1) o pensamento Marxista; (2) o pensamento Nietzscheano e (3) o pensamento Historicista. Estas perspectivas, ao longo do tempo, foram definindo o objecto da sociologia do conhecimento.

De forma breve passamos a abordar as várias perspectivas da sociologia do conhecimento. A mesma sociologia tem a sua base na formulação de **Karl Marx**,

segundo a qual a consciência do homem é determinada pelo seu ser social²¹. Isso faz quando discute os conceitos de "infra-estrutura" e "superestrutura". É assim que, Marx afirma "cada classe social vê as coisas da sua maneira" e a "ideologia" visa defender interesses de classes.²²

Por outro lado, **Karl Mannheim** procurou sistematizar uma sociologia do conhecimento a partir da formulação de Max Scheler (que foi inspirado por Nietche) e de Karl Marx. Para Mannheim, o conceito "ideologia," diferentemente da formulação dos marxistas (que tinham uma "concepção particular"), não é político, não é interesse de classe, mas é propriedade de todos ("concepção total"). Para Mannheim, a sociologia do conhecimento tem como finalidade a descrição do social que é também a lógica da acção social que é dada pelas visões do mundo. Estas descrições do social são realizadas pelo método histórico e sociológico através da elaboração de tipos ideais de visões de mundo já que estas, visões de mundo, não existem no estado puro²³.

Em reacção ou crítica à formulação de Mannheim temos três **Neo-marxistas**, a saber: Michael Foucault, Louis Althusser e António Gramsci. Estes autores estão preocupados em saber a maneira como são distribuídas as relações de poder, particularmente nas classes dominantes. Concluem que estas classes "mistificam" o poder. Assim, para explicar o processo da mistificação do poder, estes autores adoptam o conceito de autonomia relativa.

Para **Foucault** a disciplinarização é a forma como o conhecimento é utilizado para produzir sujeitos (os indivíduos deixam de ser aquilo que eles são para serem aquilo que os outros esperam)²⁴. Para **Althusser**, a autonomia relativa é vista como uma instrumentalização e é explicada a partir do aparelho ideológico estatal. Este aparelho visa (re)produzir/manter e legitimar uma determinada ordem vigente (Exemplo, escola, lei da família, etc.) Para este autor, a sociologia do conhecimento tem como objecto a identificação/desmistificação do aparelho ideológico estatal. Para **Gramsci**, todas as sociedades têm um bloco de poder (que são os dominantes) que procuram legitimar uma

²¹ A propósito, o estudo de Brazão Mazula (1995) em "Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique" utiliza, em parte, esta formulação de Marx.

²² Para uma apreciação mais aprofundada vide Marx & Engels (1974) "A Ideologia Alemã I e II."

²³ Para mais pormenores vide Mannheim, K. (1982) "Ideologia e Utopia."

certa ordem social como se ela fosse "natural"- procuram impor uma ordem hegemónica. (procura-se manter as coisas no estado em que encontram-se). Para a produção, manutenção e legitimação dessa ordem hegemónica, para além do bloco de poder, participam aquilo que designa as elites e os intelectuais orgânicos.

Para o presente trabalho não adoptamos nenhuma destas perspectivas anteriores porque não estivemos interessados em identificar a "ideologia," ou "visões de mundo," ou ainda prováveis "relações de poder" que estejam relacionadas com a "criança/menino da rua." Apenas tivemos como objectivo tentar mostrar que a "criança/menino da rua" não é uma essência, não é algo "natural", mas sim um construto social. E a sociologia do conhecimento na perspectiva de **Berger & Luckmann** (1990) em "A Construção Social da Realidade," pareceu-nos adequada para atingir os nossos objectivos porque estes autores preocuparam-se em analisar e explicar como uma certa ordem social (por exemplo, "mulher", "criança," uma certa religião, "marginais," etc.) se estabelece até tornar-se algo "normal" ou não questionável. De seguida passamos a apresentar a formulação teórica destes dois autores

Berger & Luckmann, abordam a questão da sociedade em duas dimensões: a *sociedade como uma realidade objectiva* e a *sociedade como uma realidade subjectiva*²⁵ Na primeira dimensão é onde se objectiva ou se cria uma dada realidade e na segunda dimensão é onde se subjectiva ou interioriza a mesma realidade. Estas duas dimensões devem ser encaradas de uma forma dialéctica.

Estes autores, utilizando a Fenomenologia e numa perspectiva construtivista, propõem uma teoria sistemática da Sociologia do Conhecimento onde "...a análise do conhecimento na dialéctica do indivíduo e da sociedade, da identidade pessoal e da estrutura social fornece uma perspectiva complementar essencial para todas as áreas da sociologia." (Berger & Luckmann, 1990: 243)

²⁴ Uma tratamento aprofundado de Foucault pode ser encontrado em Foucault (1977) "Introdução ao Pensamento de Michael Foucault."

²⁵ A propósito destas dupla dimensão da sociedade numa única perspectiva, Berger & Luckmann (1990) afirmam: "Acreditamos ter mostrado como é possível combinar as posições teóricas de Weber e Durkheim em uma teoria da ação social que não perde a lógica interior de nenhuma delas." (pág. 243)

A Fenomenologia, na sua versão sociológica,²⁶ é a perspectiva de análise que estes autores utilizam. A Fenomenologia, para além de ser uma perspectiva sociológica na análise da vida quotidiana, também é um método. Senão vejamos:

...o método que julgamos mais conveniente para compreender os fundamentos do conhecimento na vida quotidiana é o da análise Fenomenológica, método puramente descritivo, e como tal "empírico" mas não "científico," segundo o modo como entendemos a natureza das ciências empíricas. (Berger & Luckmann, 1990: 36)

Dentro deste quadro e para o presente trabalho, tivemos como pressuposto básico, retirado de Berger & Luckmann, a ideia segundo a qual realidade social caracteriza-se por três momentos dialécticos: "*A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objectiva. O homem é um produto social.*" (Berger & Luckmann, 1990: 87)

Este pressuposto tem como ideia básica, a seguinte: "A realidade é construída socialmente e a Sociologia do Conhecimento deve analisar o processo em que este facto ocorre." (Idem, Ibidem: 11) Aqui dois conceitos são o pilar desta teorização: "realidade," que é concebida como tudo aquilo que existe, independentemente da nossa vontade, são "...fenómenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa volição (não podemos 'desejar que não existam')" (Idem, Ibidem: 11) e "conhecimento," uma vez que esta realidade é feita de interpretações e é a partir dela que tornamos a realidade possível. E é a partir destas interpretações ou "conhecimento" que podemos ter "...a certeza de que os fenómenos são reais e possuem características específicas." Idem, Ibidem: 11) Por outras palavras, aquilo que a pessoa pensa é que torna-se determinante para o seu mundo. Por exemplo a percepção que uma pessoa tem de algo chamado "criança" é que faz ele comportar-se, agir de certa forma e não doutra quando defrontado com a mesma "criança."

Como não podia deixar de acontecer em ciência, tem sido formuladas algumas críticas à teorização construtivista de Berger & Luckmann. De forma breve, passamos a abordar algumas críticas que têm sido feitas à esta perspectiva construtivista da sociologia do conhecimento. Dentre vários autores, destacamos Ian Hacking em duas obras: a primeira,

²⁶ Que foi introduzida por Alfred Schutz. Para mais detalhes vide Schutz (Fenomenologia e relações sociais, 1978). Nesta discute-se a "ponte" que Schutz faz entre a Fenomenologia filosófica de Husserl e a sociologia de Weber.

Mad Travellers: Reflections on Reality of Transient Mental Illness (1998) e a segunda, *The Social construction of What?* (1999)

A partir das obras, dois autores fazem uma recensão crítica à posição defendida por Hacking, a saber: Michael Lynch (2001) em *The contingencies of Social Construction* [As Contingências da Construção Social] e John P. Hewitt (2001) em *The Social Construction of Social Construction* [A Construção Social da Construção Social].

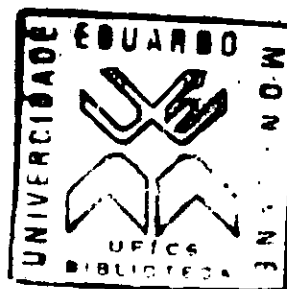
Hewitt (2001) começa por rever as ideias expostas por Hacking em *The Construction of What?* Passando a criticar o conceito "Construção social" ou a teoria construtivista, afirmando que esta "...pouco acrescenta para a compreensão do social para os sociólogos e cientistas sociais. Persistem porque, as mesmas, iluminam ou ajudam, aos cientistas sociais, a marcar o seu equipamento de iluminação em relação ao social."²⁷ (pág. 422) Acrescenta dizendo que muitos sociólogos são deficientes na sua capacidade de reconhecer uma metáfora quando estão na presença da mesma e, muito menos, de imaginar novas.

Por sua vez, Lynch (2001), a partir das duas obras de Hacking (1998 & 1999) referidas anteriormente, começa por criticar a posição de Hacking afirmando que nestas duas obras faz apenas uma narrativa em forma histórica e exibição documentária. "Em ambos livros recentes de Hacking [(1998) e (1999)], ele apenas recorda aos seus leitores que é um filósofo."²⁸ (Lynch, 2001: 241) Lynch crítica a maneira como Hacking critica a teoria construtivista.

Embora haja estes posicionamentos críticos, o que consideramos normal, os mesmos não retiram a "capacidade explicativa" da sociologia construtivista devido ao que apresentamos neste trabalho como sendo os seus pontos "fortes" que estão no facto de ajudar na análise do processo pelo qual qualquer realidade social torna-se como tal. Exemplo, como é que a "mulher" ou "criança da rua" torna-se "mulher" ou "criança da rua" e são percebidos e encarados como tal. Passamos a apresentar a metodologia adoptada para a realização da presente dissertação.

²⁷ Tradução do autor. Para mais detalhes vide Op. Cit.

²⁸ Idem, Ibidem.



CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Neste capítulo abordamos a população e amostra, os instrumentos de medida, a colecta e análise de dados. Optamos por esta metodologia em conformidade com o referencial teórico que foi a base do presente trabalho.

A nossa população, foi o "discurso oficial" ou "as instituições" que lidam com a criança que resumimos em quatro categorias, a saber: 1) As OG's (Ministérios); 2) ONG's que lidam (directa ou indirectamente) com o "menino/criança da rua;" 3) representações de Instituições Internacionais (UNICEF, PNUD, etc.); e 4) as Instituições de Investigação em Ciências Sociais (Universidades, Institutos superiores, Academias, etc.). (vide tabela 1)

A partir da população, referida anteriormente, foi seleccionada uma amostra de forma propositada onde nas quatro categorias da população, seleccionamos as que nos pareceram mais plausível para os objectivos do nosso trabalho. Assim, (1) o MMCAS representou Organizações Governamentais (OG); (2) a "Rede da Criança" representou as Organizações Não-Governamentais (ONG); (3) o UNICEF representou as Instituições Internacionais e (4) as publicações no contexto da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e da Universidade Pedagógica (UP), ex-Instituto Superior Pedagógico (ISP) representaram as Instituições de investigação em Ciências Sociais.

O MMCAS, é a instituição do governo (ministério) que, dentre outras, tem como função coordenar acções em prol da criança. A "Rede da Criança" é uma ONG que coordena as acções de todas outras ONG's que lidam (directa ou indirectamente) com a criança. O UNICEF é uma instituição da Nações Unidas que lida com a Infância. A UEM e UP são as instituições de formação e pesquisa mais antigas de Moçambique.

Os instrumentos de medida utilizado foi o discurso oficial sobre a "criança/menino da rua" a partir da análise de conteúdo de publicações que versam sobre a realidade "criança" e "criança da rua."

A colecta de dados foi realizada pelo autor desta dissertação. A recolha de informação foi realizada nas instituições que fazem parte da amostra, a partir dos meados do mês de Dezembro (de 2001) na cidade de Maputo.

A análise dos dados se efectuou tendo como referência a teorização sobre "A Construção Social da Realidade" feita por Berger & Luckmann (1990). Nesta, embora reconhecendo serem os "teóricos" o grupo de indivíduos mais reduzidos nas sociedades (em comparação com o grupo que designam "homem da rua" ou cidadão comum, que tem como referencial o "senso comum"), participam da construção social da realidade. Aliás, por detrás da produção teórica dos intelectuais, pode ser identificada o "senso comum."

Das dificuldades encontradas na realização deste trabalho, temos a destacar constrangimentos financeiros para acobertura de algumas despesas que foram surgindo ao longo do trabalho; a falta de colaboração por parte do representante da organização "Rede da Criança" que desde o mês de Janeiro de 2002 não concedeu uma entrevista solicitada por nós alegando falta de espaço na sua agenda de trabalho. Estes e outros factores poderam ter contribuído para algumas limitações do presente trabalho.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Passamos a apresentar e discutir os resultados da presente pesquisa que teve como hipótese: "A realidade 'criança de rua' não se refere a uma entidade essencial, mas sim a um conjunto de percepções e práticas que o tornam real; e que através da descrição do stock social do conhecimento, do processo de institucionalização de percepções, da legitimação dessas percepções e da sua normalização é possível revelar a essência constructivista desse fenómeno". Começaremos por abordar o processo pelo qual as crianças são percebidas como tal ao nível do discurso oficial em Moçambique.

IV. 1 – Estoque/*Stock* Social do Conhecimento Sobre a "Criança/da rua"

Em qualquer sociedade, segundo Berger & Luckmann (1990), existe aquilo que chamam de "estoque social do conhecimentos" entendido como o conjunto de informações que orienta as pessoas no seu dia-a-dia. É o "acervo" de conhecimentos a partir da qual as pessoas se socorrem para realizar as suas actividades quotidianas. Por outras palavras este estoque é que permite "localizar" as pessoas na sociedade (a "criança da rua é marginal") e também a forma de lidar com eles de forma "adequada" ("embora seja carente, é violenta!")

É dentro deste estoque que estão as percepções sobre a "criança da rua." Abordamos estas percepções a três níveis. Acerca da suas famílias; acerca das próprias crianças e sobre o seu futuro.

Acerca das famílias: foi abandonada; fugiu do lar devido ao abuso sexual; são o resultado da degradação da família; suas famílias desintegraram-se devido à guerra recém-terminada e pobreza; seus pais são alcoolatras; não têm contacto com as suas famílias.

Acerca das crianças: são esfomeadas; catam lixo; são ladras; são violentas incontroláveis; não sabem como brincar; são consumidoras de drogas; etc²⁹.

²⁹ De realçar os resultados do estudo de Vicente Valandim (1996) que chega à constatações diferentes das expostas acima.

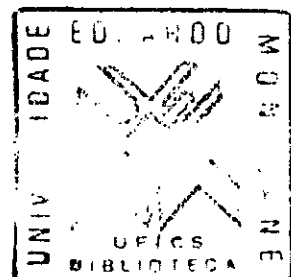
Acerca do seu futuro: irão crescer como criminosos; resistem à reabilitação; serão um perigo para a sociedade; etc.

Estas ideias são utilizadas estrategicamente para se elaborarem certas políticas, práticas, etc. Este conjunto de informações distribui-se de maneira diferenciada para os membros da sociedade. Assim temos uma "distribuição específica" e uma "distribuição geral" do conhecimento.

Estamos perante uma "distribuição específica" quando o conhecimento é restrito ou limitado à um grupo de pessoas ou pessoas particular, no nosso caso, temos os "teóricos" ou especialistas que lidam com a realidade criança. No caso concreto, temos o "discurso oficial" sobre a criança. Por outras palavras, existe um grupo de pessoas que detêm exclusividade num "corpo específico do conhecimento." E, a "distribuição geral" é aquela que é do domínio público, ou seja o conhecimento que o "homem da rua" possui. Para estes dois tipos de "conhecimento" há "definidores de realidade" ou seja, actores (individuais ou colectivos) que definem *o que é e o que não é*.

Ainda relacionado com a distribuição social do conhecimento, podemos afirmar que, há uma especialização no referente aos conhecimentos que os actores sociais têm sobre o conhecimento da "criança." Ter conhecimento sobre o que é ser "criança," implica também ter um conhecimento daquilo que "foge" do parâmetro "criança", no nosso caso, "criança da rua."

O presente trabalho deu enfoque ao conhecimento resultante da "distribuição específica," "discurso oficial" ou seja o conhecimento dos "teóricos." Para o conhecimento dos "teóricos" sobre a criança em Moçambique, o definidor principal é o governo. A definição do que se considera "criança" feita pelo governo de Moçambique tem como referência a Organização das Nações Unidas que define a criança como "um indivíduo com menos de 18 anos de idade." Não pretendemos fazer uma conceptualização histórica sobre o que tem sido considerado criança. Apenas adiantar afirmando que, para além da idade, a criança tem sido definida por *o que ela não é* (não trabalhadora; não sexualmente activa; não casada; não fumador e bebedor de álcool; não condutor de



viaturas; etc.) e por *o que ela é* (está em famílias; vai à escola; ela brinca; está preparando-se para o futuro; etc.)³⁰

É neste contexto que o discurso oficial sobre a "criança" define-a como todo indivíduo com menos de 18 anos que vive num ambiente familiar e a sua actividade principal é preparar-se para o seu futuro através da escolarização. A partir do referido identificamos os definidores da realidade "criança" na família e escola. Por sinal, estes são os dois principais agentes de socialização³¹ (transmissores de valores culturais).

Tendo como referência a definição/percepção que se tem sobre o que é ser "criança," as que fogem à mesma, vão sendo categorizadas noutros grupos e um deles é o da "criança da rua." A própria definição já diz muito: **da rua**. Esta é da rua porque está fora dos parâmetros estabelecidos (socialmente) para uma "criança normal."

Este "estoque social" sobre o que se deve ou não considerar "criança" passa por um processo de institucionalização. Passaremos a discutir este processo a seguir.

IV. 2 – Institucionalização da Realidade "Criança/da rua"

O processo da construção social da realidade "criança," implica uma institucionalização da mesma. "Institucionalização" concebido como processos rotinizados ou que se tornam hábito. Nestes, há tipificações sobre realidades ou práticas sociais, existindo um sistema de controle social inerentes à mesma instituição.

Antes de discutirmos estes dois elementos (tipificação e controle social), vamos tentar discutir um pouco mais o processo da "institucionalização." Berger & Luckmann (1990) defendem a ideia que todo o conhecimento é desenvolvido, transmitido mantido em situações sociais. Logo, não há como entender o social sem analisarmos este processo. Processo este que se designa "institucionalização."

³⁰ Uma discussão interessante sobre as definições da criança e o tratamento deste grupo etário ao longo dos tempos pode ser encontrado em Ennew Judith (1994) "*Street and Working Children*" e Ennew Judith & Brian Milne (1989) *The Next Generation*.

³¹ Entendido como o processo pelo qual e de forma interactiva o indivíduo (criança) é "introduzida" numa determinada sociedade. Reconhecemos a complexidade que caracteriza o conceito "socialização," uma vez que tem sido definido a partir da perspectiva da acção e funcionalista/estruturalista. Neste trabalho não propomo-nos a discuti-lo por considerarmos marginal.

O processo de institucionalização advém da conjugação de um conjunto de instituições que perfazem uma "ordem institucional." Neste conjunto de instituições podemos destacar a "escola" e "família." que são os elementos principais pelos quais é veiculado o "discurso oficial" sobre o que é ser/não "criança."

É esta "ordem institucional que cria um conhecimento, "criança", que é passada de geração em geração como uma "verdade." A "ordem institucional" implica a existência de "papeis sociais" a serem desempenhados por vários indivíduos, melhor, actores sociais, numa determinada sociedade. No referente aos papeis sociais temos os pais/encarregados de educação, familiares, amigos e outros que contribuem para o processo de socialização.

A institucionalização ocorre sempre que há tipificações. Esta tipificação é que permite apreender o "outro" na situação de interacção social. Falar de "criança da rua" é tipificar uma categoria de criança. A tipificação "criança da rua" representa acções habituais que caracteriza esta categoria social.

Esta percepção é partilhada a partir do estoque de conhecimentos que se possui sobre a mesma "criança da rua", i. é., todos os membros de um grupo social tem acesso à elas. Assim, sobre a "criança", segundo MMCAS & UNICEF (2001), temos as seguintes tipificações: "criança trabalhadora;" "criança da/na rua;" "criança deficiente;" "criança órfã;" "criança consumidora de droga;" "criança em conflito com a lei;" "criança vítima de abuso e negligência" e "criança portadora de HIV/SIDA."

O "discurso oficial" em Moçambique veicula a ideia segundo a qual toda a criança que vive na rua deve ser "(re)integrada/recuperada" na sociedade porque o viver na rua é contra a ordem estabelecida. É neste contexto que se defende a ideia de que "é necessário reintegrar as crianças de rua em ambiente de tipo familiar que lhes dêem condições de trabalho e de vida humanas como o acesso aos cuidados de saúde e educação básica." (MMCAS & UNICEF, 2001: 56)

Em reacção à este tipo de percepção sobre a "criança," Fábio Dallape³² observa que "...para a sociedade, as crianças devem ser membros 'correctos' e 'adaptáveis' e que não devem romper com os valores e princípios normativos" (1990: 13-4) Assim podemos afirmar que a realidade "criança" é socialmente controlada por sua institucionalização.

Ainda pode-se acrescentar afirmando que a realidade "menino/criança de rua" não é outra coisa senão o lado negativo de um conjunto de tipificações que pré-define quando estamos na presença de um conduta "certa" ou "errada" de uma "criança." Este controle, de certa forma, advém da percepção que se têm acerca da "criança da rua:"

...A maior parte das crianças de rua vivem juntas, em bandos, sob as ordenas de um ou mais chefes do bando, são alvo de constante perseguição policial [...] Os problemas que as crianças de rua enfrentam são a violência, o abuso físico e sexual, a marginalização, o contacto com o crime e as drogas³³.....(MMCAS & UNICEF, 2001:55)

O número de consumidoras de drogas está a subir, em especial entre as crianças de rua [...] Elas inalam gasolina, aspiram cola [...] consomem bebidas alcoólicas e fumam. (Idem, Ibidem: 56)

A institucionalização pressupõe um controle social. As crianças devem aprender a "comportar-se" e, quando tiverem aprendido devem ser "mantidas na linha", esta situação é aplicável também aos adultos. Assim ocorre porque um processo de institucionalização prevê um conjunto de papéis e comportamentos adequados ao desempenho dos mesmos papéis sociais.

Ligado à esta instituição "criança" temos um processo de legitimação. Que passamos a abordar a seguir.

Iv.3 – Processo de Legitimação da Realidade "Criança/da rua"

Nesta parte, abordaremos a maneira como a realidade "criança/da rua" é legitimada como tal. Neste processo podem ser identificados quatro níveis analíticos, que empiricamente podem considir, a saber: (1) A *legitimação incipiente*, (2) as *preposições*

³² A propósito, ROCA, Zoran (2000) em "As crianças da rua em Angola" afirma que Fábio Dallape foi quem, provavelmente, realizou a análise e interpretação mais completa da origem, perfil e capacidade de sobrevivência das "crianças da rua" alguma vez realizada em África.

³³ Sublinhado nosso.

teóricas em forma rudimentar, (3) as *teorias explicativas* e (4) *os universos simbólicos*. Dentre estes daremos enfoque ao último nível analítico (Universo simbólico) porque é o mais abrangente.

Como definimos anteriormente, a legitimação é o processo de "explicação" ou "justificação" duma ordem institucionalizada. Este processo de legitimação implica um "conhecimento" dos papéis que "normalizam" a acção dos actores sociais. Os actores sociais ao desempenharem os seus papeis deverão saber definir as acções "certas" assim como as "erradas." O "conhecimento" que os actores possuem é resultante de um processo de transmissão de geração em geração (processo de socialização) ou do estoque social de conhecimento que possuem.

Assim, "a legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma acção e não outra; diz-lhe também por que as coisas são o que são. Em outras palavras, o 'conhecimento' precede os 'valores' na legitimação das instituições." (Berger & Luckmann, 1990: 129) A legitimação está ligada ao processo de socialização, transmissão do conhecimento de geração em geração. Algumas práticas reforçam a mesma legitimação.

O processo de legitimação pode ser identificado analiticamente em quatro níveis, que empiricamente podem considir, a saber: (1) *A legitimação incipiente*, (2) *as preposições teóricas em forma rudimentar*, (3) *as teorias explicativas* e (4) *os universos simbólicos*. Passamos a descrever, de forma breve, os primeiros três níveis e com maior profundidade o último nível. Assim fazemos porque o nosso trabalho deu enfoque ao processo de objectivação da realidade "meninos da rua" a partir do "discurso oficial" e não o de subjectivação ou interiorização do mesmo. Porém estes dois processos ao longo deste trabalho se cruzam.

O primeiro nível de legitimação é a *legitimação incipiente* que é pré-teórico e está presente no processo de transmissão linguística das experiências humanas. Assim, uma criança apreende que outra criança é "criança de rua", e está é uma informação que é aprendida em conexão com a designação, "criança da rua." Este tipo de legitimação é resultante das afirmações tradicionais "É assim que se fazem as coisas" como resposta

do "porquê" das crianças. Este nível está mais relacionado com o processo de socialização primária (família, amigos, etc)

O segundo nível de legitimação, *preposições teóricas em forma rudimentar*, (são os provérbios, as máximas morais, os adágios da sabedoria, lendas e histórias populares. Assim, por exemplo as crianças ou indivíduos aprendem que o *menino/criança da rua é marginal; o menino/criança da rua é ladrão, a criança da rua é Moluwene,*³⁴ etc.)

O terceiro nível de legitimação são as *teorias explicativas* duma determinada ordem institucional ou de um "conhecimento." Estas legitimações são as que oferecem um quadro de referência para os actores agirem num determinado sector de conduta institucionalizado. Este nível inclui os procedimentos institucionais resultantes de certas concepções que se tem sobre a "criança da rua." Se, por exemplo, ao adoptar-se a ideia de que os meninos/crianças da rua são ladrões, a polícia reprime estas crianças, as pessoas olham para elas com desconfiança, as instituições adoptam medidas correcionais. Estes procedimentos, por sua vez, reproduzem o preconceito segundo o qual as crianças da rua são ladrões. Aqui podemos observar um ciclo vicioso: *as crianças da rua são um mal para a sociedade, são um mal para a sociedade porque são crianças da rua!*

O quarto nível de legitimação são os *universos simbólicos*. O universo simbólico deve ser encarado como a base de todos os significados objectivados socialmente e subjectivamente reais. Este nível de legitimação foi o que interessou-nos mais porque é o mais abrangente, em relação aos três anteriores, senão vejamos:

A sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que se passam *dentro* deste universo. O que tem particular importância é que as situações marginais da vida do indivíduo (marginais no sentido de não estarem incluídas na realidade da existência cotidiana na sociedade) são também abrangidas pelo universo simbólico. (Berger & Luchmann, 1990: 132)

Assim, passamos a seguir a discutir a questão do nível de legitimação a partir dos universos simbólicos com mais detalhes.

³⁴ Termo pejorativo que pode significar: Ladrão, desamparado, perigoso, indesejável, etc

O universo simbólico é construído por meio de objectivações sociais. Neste nível de legitimação encontramos os definidores da realidade "criança da rua" oficialmente credenciados" Os universos simbólicos têm uma história, isto é, são objectivados, normalizados e acumulados como "conhecimento" até chegar à sua cristalização. O universo simbólico situa-se numa dimensão teórica.

O universo simbólico permite ordenar as diferentes fases da biografia. Ser "criança," é uma fase biográfica legitimada como um modo de ser no universo simbólico. A legitimação da ordem institucional tem sempre presente a necessidade de manter sob controle o caos, daí a necessidade de um controle social.

É neste contexto que se adoptam mecanismos específicos para a manutenção do universo simbólico quando o mesmo torna-se *um problema*. Por outras palavras, quando a construção sobre o que é "criança" foge ao controle, isto é, vivem na rua, não estudam, fumam, bebem... aí é onde se localiza o problema. De realçar que todo universo simbólico possui um mínimo teor problemático. Neste ponto podemos afirmar que, também, a socialização nunca é completamente bem sucedida, alguns indivíduos "vivem" no universo simbólico de forma mais definida que outros.

Os indivíduos que "fogem" do universo simbólico "oficial" são uma ameaça teórica para o mesmo universo e uma ameaça prática para a ordem institucional legitimada pelo universo simbólico da "criança." A "criança da rua," grupo que tem objectivada uma realidade divergente torna-se portador de uma definição de realidade diferente da "oficial."

Como resposta à fuga do universo simbólico "oficial" da criança são adoptados mecanismos repressivos contra o "grupo fugitivo," no caso concreto, o "menino/criança da rua." Esta repressão é legitimada pondo-se em acção vários mecanismos conceptuais destinados a manter o universo "oficial" da "criança" contra o desafio do "menino/criança da rua." De realçar que esses mecanismos conceptuais com vista a conservar o universo simbólico e todas as formas de legitimação são eles próprios produtos da actividade/construção social.



Passamos a abordar de seguida a abordar a forma como tem sido mantido o universo simbólico da "criança" face ao da realidade "meninos de rua" em Moçambique.

Como foi referido, os universos simbólicos são socialmente construídos e como tal, modificam-se a partir das acções concretas dos seres humanos. A realidade "meninos de rua" é socialmente definida. Estas definições são *corporizadas* por indivíduos concretos e grupo de indivíduos servem de "definidores da realidade." A organização social é a base da compreensão das definições elaboradas pelos "definidores da realidade."

Podemos identificar dois mecanismos conceptuais, resultantes da organização social, que visam à manutenção do universo simbólico da realidade "criança" face a do "menino/criança da rua," a saber: a *terapêutica* e a *aniquilação*. Demos mais enfoque à terapêutica por ser a actividade mais frequente em Moçambique.

A *terapêutica* é um mecanismo conceitual que visa assegurar que os "discordantes" actuais ou potenciais se conservem dentro das definições institucionalizadas da realidade "criança." Por outras palavras, é o processo de impedimento que as "crianças" emigrem para outro universo como o do "menino/criança da rua." A *terapêutica* é um processo de controle social e é um fenómeno social global. Seus dispositivos institucionais podem ser a Psicanálise, a assistência pastoral, programas de aconselhamento individual ou em grupo, a assistência social, etc.

Interessou-nos o *aspecto conceitual da terapêutica*. Uma vez que a terapêutica ocupa-se com os desvios das definições "oficiais" da realidade, ela produz mecanismo conceitual que visa explicar os tais desvios e conservar a realidade ameaçada. Isto implica a criação de um "corpo de conhecimentos que inclua uma teoria da dissidência, um aparelho de diagnóstico e um sistema conceitual para a "cura das almas" (Berger & Luckmann, 1990: 153) Assim, teremos uma teoria terapêutica que visa a explicação do desvio; um corpo de conceitos diagnósticos e uma conceitualização do processo curativo. Uma vez definido o que deve ser considerado "criança" tudo o que foge desta definição precisa ser "controlado."

Primeiro, temos uma teoria terapêutica (teoria que explica o desvio) onde muitos dos estudos apresentados na revisão da literatura (apresentada no Cap. I) dedicaram-se a desenvolver uma explicação para a existência da "criança da rua" em Moçambique.

Entre outras, as causas que têm sido identificadas são: o impacto do Programa de Reabilitação Económica/e Social (PRE/PRES) nas camadas sociais mais desfavorecidas; efeitos da guerra recém-terminada em Moçambique (emigração do campo para as cidades); emigração dos pais para a África do Sul; situação de orfandade; efeitos do Sistema Nacional de Educação/SNE (desinteresse pela escola e conseqüente abandono) e a instabilidade conjugal.

Segundo, é desenvolvido um corpo de conceitos diagnóstico (Indicadores do que é uma "criança da rua"): passam a noite em qualquer sítio das ruas; ficam acordadas até altas horas da noite (dormem pouco); estão expostas à todos riscos; são abandonadas; são ladrões ou delinquentes juvenis, não vivem com os seus próprios familiares; não estudam; bebem (álcool) e fumam (mais do que tabaco) etc. todos estes conceitos diagnóstico realçam os pontos negativos da "criança da rua."

Estas representações sociais têm dois extremos: por um lado, a "criança da rua" é um "terror ameaçador", que espalha o pânico, que cria medo e raiva; e por outro lado, é um ser abandonado que precisa de caridade e piedade.

Finalmente, há uma conceitualização do processo curativo (há um conjunto de técnicas curativas com uma sustentação teórica). Neste processo, destacamos as actividades do governo e das ONG's. O trabalho do governo (actualmente através do MMCAS) centra-se, na coordenação das actividades realizadas por outras instituições/organizações e na promoção de cursos de capacitação e de treinamento com vista a actualização de matérias relacionadas com a realidade "criança da rua."

Enquanto isso, as ONG's tem as suas actividades centradas no atendimento da "criança da rua." Existe três alternativas que são adoptadas neste atendimento: em centros abertos (a criança opta por actividades que deseja desenvolver, não existe normas rígidas de procedimentos); em centros fechados (é o inverso dos centros abertos) e, finalmente, na

rua (são as organizações/instituições que procuram e dão assistência às crianças no seu local de residência: rua).

Todas estas actividades, contribuem até certa medida, para que a própria "criança da rua" interiorize que é um "anormal" que precisa ser "normalizado." Esta "criança da rua" "...sob a pressão desta culpa, o indivíduo chegará a aceitar subjectivamente a conceptualização da sua condição com a qual os profissionais terapêuticos o fazem defrontar-se." (Berger & Luckmann, 1990: 154)

Na mesma ordem de ideias, por um lado, esta correcção "...pressupõe que eles [crianças da rua] venham a morrer psiquicamente para poderem ser aceites pelo mundo do 'bem.'" (Leite, 1998: 20) Por outro lado, questiona-se "os planos das instituições [...] visam recupera-los. O que é recuperar? Para onde se encaminha o recuperado? Quais são as perspectivas de vida? O que lhe pedimos e o que lhe damos?" (Ferreira, 1980: ?)

Um ponto a realçar em relação à assistência à "criança da rua," "o excesso de oferta de serviços pelas ONG's e instituições fornecendo assistência institucional a este grupo - ao invés de actividades de carácter preventivas - funciona também como um atractivo para crianças de famílias vulneráveis." (Sultan, 1997: 29)

Estas questões não foram o centro desta dissertação, mas servem de chamada de atenção para a questão da (re)integração ou recuperação da "criança da rua."

Passamos a abordar o segundo processo legitimador da realidade "criança/da rua." Diferentemente da terapêutica que utiliza um mecanismo conceitual visando manter todos as crianças dentro do seu universo simbólico, a *aniquilação* utiliza um mecanismo conceitual com a finalidade de eliminar conceitualmente tudo o que se encontra localizado "fora" do universo simbólico da "criança." Aqui temos todas as práticas que (in)conscientemente descriminam a "criança da rua." Paradoxalmente, a Terapêutica pode ser encarada como uma prática aniquiladora.

Em suma, a terapêutica visa basicamente manter as "criança" ou potencial "criança da rua" dentro do universo simbólico considerado "normal" e evitar que passe para o

"anormal," enquanto que a aniquilação tem como alvo a criança que está na zona da "anormalidade" ("criança da rua").

IV. 4 - Normalização da Realidade "Criança/da Rua"

Nesta parte, passamos a abordar a maneira como a ordem institucional é normalizada/objectivada. Por outras palavras, a forma através da qual a realidade "menino/criança de rua" é aprendida como uma essência. Nesta normalização, os significados humanos não são percebidos como produtos humanos, mas como "produtos da natureza das coisas."

A normalização é o momento em que a "criança da rua" torna-se uma realidade inquestionável ("todo mundo sabe o que é"). Aqui verifica-se aquilo que Berger & Luckmann designam por "reificação" uma vez que apreende-se a "criança da rua" como se fosse algo diferente de produto humano.

A normalização é possível no nível pré-teórico e no nível teórico da consciência. O nível pré-teórico (consciência do *homem da rua*³⁵) ou "*aquilo que toda a gente sabe sobre o 'menino/criança da rua'*" não foi objecto do presente trabalho, porém, podemos afirmar que a normalização é mais significativa neste nível.

No nível teórico ou construções dos intelectuais, em Moçambique, podemos identificar uma normalização em relação à realidade "meninos de rua." Este processo pode ser identificada no facto de poucos (senão, nenhum) estudo preocupar-se com o questionamento da realidade em causa (vide a revisão de literatura apresentada no presente trabalho).

³⁵ Com este conceito referi-mo-nos ao cidadão comum ou ao conhecimento do senso comum. Chamamos à atenção para evitar equívocos com o conceito "criança de rua."

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Partimos da hipótese de que a "criança da rua" não existe como uma realidade *sui generis*, mas sim como resultado de percepções e práticas construídas socialmente. A partir de uma abordagem da Sociologia do conhecimento, tentamos compreender o processo que nos dá certeza de que a "criança da rua" é "criança da rua." Por outras, questionar *de onde vem a certeza que nós temos de que existe algo chamado "criança/menino da rua."*

A partir do "discurso oficial" ou formulações dos "teóricos," tentamos captar as percepções sociais que existe sobre a "criança"/"criança da rua;" observar as práticas ligadas à estas percepções e tentar descrever como tudo isso contribui para a construção social da mesma realidade:

Para atingir os nossos objectivos, identificamos quatro momentos analíticos relacionados com o processo da construção social da "criança da rua." Os momentos analíticos são, constructo social/estoque social de conhecimento, institucionalização, legitimação e normalização.

Partimos do pressuposto de que existe uma certa noção que a sociedade, ou as pessoas, possuem sobre o que é uma "criança" e o que não é (tudo isso resultando de um constructo social). Esta percepção resulta de um conjunto de actores sociais (colectivos ou singulares) que designamos "definidores da realidade." Os definidores da realidade "criança da rua" são o governo e as organizações/instituições não governamentais. Ao definir-se a "criança da rua" tem-se em conta a percepção/definição que é feita pelas Nações Unidas através de vários instrumentos (carta da ONU sobre os direitos da criança/Convenção sobre os direitos da criança).

Esta percepção acaba se institucionalizando através de certas práticas. Dentre outras, destacamos, ter como actividade central estudar e viver numa família convencional, aliás a definição "criança da rua" é feita em contraste com a "criança em lares ou não na rua." Neste contexto, a "família" e a "escola" são duas instituições que contribuem fortemente para a institucionalização da "criança." Esta institucionalização na

percepção/expectativa que se tem em relação à uma criança: deve viver numa família e deve preparar-se para o seu futuro através da escolarização.

Ligada à esta definição/percepção institucionalizada sobre a "criança," existe um conjunto de práticas que dão substância ou legitima a mesma realidade. Esta legitimação é, ao mesmo tempo, um controle social. É assim que há dois processos que visam o mesmo controle social: a terapêutica e aniquilação. O primeiro processo tem como objectivo manter toda "criança" dentro daquilo definido como "normal." O segundo processo visa eliminar as que já transpuseram a barreira do considerado "normal" e se encontram no "anormal" ("criança da rua").

E, finalmente, a definição/percepção que se tem sobre uma "criança/da rua" acaba "normalizando." A partir desta normalização da "criança" podemos observar como toda a criança que estiver fora daquilo considerado "normal" (por exemplo, no nosso caso, vivem na rua) são "anormais." ("criança/menino da rua").

Depois do exposto, pensamos poder avançar a conclusão de que a "criança da rua" não existe como uma algo "natural" ou *sui generis*, mas sim como resultado de um conjunto de percepções e práticas que são socialmente construídas.

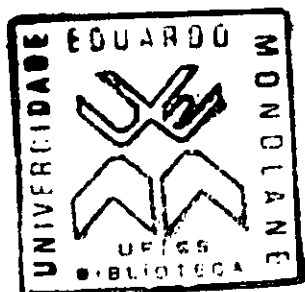
Com esta constatação pensamos ter recuperado este terreno para a sociologia e ter dado uma contribuição que poderá orientar futuros trabalhos mais aprofundados sobre esta área.

As recomendações que a seguir fazemos estão relacionadas com as implicações sociológicas. A partir das análises das relações entre os processos de institucionais e os universos simbólicos legitimadores relacionados com a realidade "criança/menino da rua," pensamos ter mostrado que é necessário "desconfiar" as versões padronizadas das explicações funcionalistas nas ciências Sociais. Aliás, Berger & Luckmann, chamam à estas explicações padronizadas de "prestidigitação teórica."

Com esta posição não pretendemos negar a aplicabilidade das análises puramente estruturais dos fenómenos sociais, mas propomos que, nas mesmas, seja incluída um "ângulo" da sociologia do conhecimento na perspectiva construtivista. Ou seja, antes de

procuramos as definições, causas, dinâmicas de grupo (socialização, estrutura hierárquica, etc.) e outras sobre a "criança/menino da rua" há toda uma necessidade de questionar e, como diria Serra (1997), desconfiar das "verdades simples." Se assim não se fizer, corremos o risco, como tentamos apresentar no presente trabalho, de "naturalizarmos" os fenómenos sociais. Por outras palavras, devemos questionar sempre *o que é que nos dá a certeza de que as coisas são como pensamos ser.*

No que diz respeito às implicações práticas, esta dissertação e de forma modesta, poderá ajudar a observar um outro ângulo da abordagem que é feita em relação a "criança da rua." Em Moçambique há falta de um questionamento das prováveis causas que estarão por detrás do "discurso oficial" e práticas ligadas ao mesmo. Os mecanismos de legitimação da realidade "criança da rua" (apresentados no presente trabalho) têm que objectivos? Resolvem os reais problemas da criança da rua? O problema (?) "criança da rua" está nela mesma ou no contexto social que a "fabrica"?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, L. da R. et al. (1995) "Manual Para a Elaboração de Projectos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias." Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e científicos, 4ª ed.
- BERGER, P & LUCKMANN, T. (1990) "A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento." Petrópolis: Vozes, 8ª ed.
- CEZNE, I. (1991) "Crianças da rua: um desafio." Maputo: SEAS, Direcção Nacional de Acção social, série orientações nº 1.
- COSSA, H. A. (1993) "As crianças da rua na cidade de Maputo-Polana Caniço." In: E. MEDEIROS (org.) "Textos de alunos da cadeira de Antropologia do Instituto Superior Pedagógico-Ano lectivo de 1992-1993" Maputo: Faculdade de Ciências Sociais, ISP, n/paginado. (não editada e disponível no UNICEF, Maputo)
- DALLAPE, Fábio (1990) "*Enfantes de lá Rue, Enfants Perdus? - Une Expérience à Nairobi.*" Kénia: Undugo Society of kénia, Enda, Serie Études et Recherches n.º 128.
- Da SILVA, T. (1991) "*The Development of Social Policy in Mozambique*" Maputo: Paper presented at Conference on Social Welfare Policy in National Reconstruction and Social Development. (disponível no MMCAS).
- ENNEW, J. & MILNE, B. (1989) "*The Next Generation: Lives of Third World Children.*" London: Zed Books, 1ª Ed.
- ENNEW, J. (1994) "*Street and Working Children - Guide to Planning.*" London: Save the Children, Development Manual nº 4.
- FERREIRA, R. (1980) "Meninos da Rua: Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo." São Paulo: CEDED.

- FOUCAULT, M. (1977) *Introdução ao Pensamento de Michael Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar
- GIDDENS, A. (1997) "Sociologia." Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOLIAS, M. (1993) "Sistemas de Ensino em Moçambique: Passado e Presente." República de Moçambique: escolar.
- HEWITT, J. (2001) "*The Social Construction of Social Construction: Review essay*" In: "Qualitative Sociology" USA: Human Science Press, Vol. 24, No. 3, 2001, Pages 417-423.
- LANGA, J. (1993) "A História da Política da Não-Institucionalização da Criança em Moçambique." Maputo: Secretaria de Estado de Acção Social (não editada e disponível no MMCAS).
- LEITE, L. (1998) "A Razão dos Invencíveis: Meninos de Rua, o Rompimento da ordem 1954-1994." Rio de Janeiro: UFRS, IPUB.
- LOFORTE, A. (1998?) "Um perfil das crianças de rua em Moçambique: Um estudo de caso nas maiores cidades do país." Maputo: globo, col. Ensaios.
- LYNCH, M. (2001) "*The Contingences of Social Construction*" USA: ROUTLEDGE, Tayler & Francis. In: "*Economy and Society*." Volume 30, 2 May 2001, Pages 240-254.
- MANNHEIM, K. . (1982) "Ideologia e Utopia" Rio de Janeiro: Zahar editores, Biblioteca de Ciências sociais-Sociologia e Antropologia, 4ª ed.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1974) "A Ideologia Alemã - Crítica da Filosofia Alemã mais Recente na Pessoa dos seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e

do Socialismo Alemão na dos seus Diferentes profetas " Lisboa: Editorial Presença, vol. I.

MATSINHE, M. (1993) "Estudo de carácter antropológico da criança da rua da cidade de Maputo." In: E. MEDEIROS (org.) "Textos de alunos da cadeira de Antropologia do Instituto Superior Pedagógico-Ano lectivo de 1992-1993" Maputo: Faculdade de Ciências Sociais, ISP, n/paginado. (não editada e disponível na UNICEF, Maputo.

MAZULA, B. (1995) "Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985 (Em Busca de Fundamentos Filosófico-Antropológicos)" Lisboa: Afrontamento, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

MESCT (2000) "Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique Para o Período 2000-2010: Uma análise da Situação Actual – Esboço Preliminar." Maputo, vol. 1 (Não editada e disponível no MESCT)

MICAS & CVM (1997) "A criança da rua e os centros de acolhimento: Um estudo de caso de caso nas províncias de Maputo e cidade, Sofala e Zambézia. Maputo (não editado, disponível no MMCAS)

MILLS, W. (1982) "Imaginação Sociológica." 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar

MISAU (1985) "A criança de rua: o problema, as causas e proposta de intervenção." Maputo: Direcção Nacional de Acção Social. (não editado e disponível no UNICEF).

MMCAS (1999) "A Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Moçambique – Relatório inicial, Dezembro de 1999. Maputo: MMCAS.

- _____ (2001) "Estudo para a definição dos padrões de atendimento institucional à criança em situação difícil.-relatório final. Maputo (não editado e disponível no MMCAS).
- _____ & UNICEF (2001) "Direitos e Realidades da Criança Moçambicana no Início do Novo Milénio - Processo no Sentido da Compreensão dos Direitos da Criança à Luz da Convenção Sobre os Direitos da Criança." Maputo: MMCAS e UNICEF. (Em fase final para edição e disponível na UNICEF)
- MUSSÁ, F. N. (1992) "Os meninos de rua em Maputo." In: www.ifcs.ufri.br
- PNUD (2001) "Um olhar pelos números da educação colonial." In: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (RNDH) – 2000. Maputo: PNUD, UEM, SARDC. Pg. 32.
- QUEIROZ, N. & TEIXEIRA, F. (s/d) "A criança de rua na cidade da Beira." Maputo: 1ª ed. UNICEF/CVM.
- ROCA, Zoran (2000). "As crianças de rua em Angola: Um estudo das necessidade e dos potenciais para introdução do ensino básico informal e da formação profissional". Editoras universitárias lusófonas. Lisboa.
- SCHÜTZ, A. (1979) "Fenomenologia e relações sociais." In: HELMUT R. W. (org.) Textos escolhidos de Alfred Schultz. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Biblioteca de ciências Sociais, pg. 51-309.
- SERRA, C. (1997a) "Combates Pela Mentalidade Sociológica: Crenças Anómicas de Massas, Mitos e Realidades da Etnicidade e Para um Novo Paradigma da Etnicidade." Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- _____ (1997b) "Novos Combates pela Mentalidade Sociológica: Sociologia Política das Relações de Poder em Moçambique." Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

SULTAN, A. (1997) "A Assistência a Crianças Afectadas pela Guerra na Actualidade: Programas, Prioridades e Perspectivas." Maputo: FDC. (não editada, disponível na FDC).

VALANDIM, V. (1996) "Um olhar sobre as crianças de rua e Maputo." Maputo: Direcção da Cidade de Acção Social.

ZAWANGONI, A. S. (1993) "O perfil antropológico da criança da rua da cidade de Maputo-Bairro Central." In: E. MEDEIROS (org.) "Textos de alunos da cadeira de Antropologia do Instituto Superior Pedagógico-Ano lectivo de 1992-1993" Maputo: Faculdade de Ciências Sociais, ISP, n/paginado. (não editada e disponível no UNICEF, Maputo)